

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
- BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR
- AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

Setembro
2001



INFORME BNDES

CIRCULAÇÃO NACIONAL • Nº 152

MELHORAM AS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO A PROJETOS QUE AUMENTAM A OFERTA DE ELETRICIDADE

O BNDES pôs em prática a partir deste mês um conjunto de alterações que tornam mais atrativas as condições de apoio financeiro do Banco a empreendimentos do setor elétrico. Ao mesmo tempo, adotou uma série de medidas para simplificar e agilizar o processo de análise dos projetos e de contratação dos financiamentos destinados a aumentar a curto prazo a oferta de energia elétrica. As principais mudanças nas condições de financiamento ocorreram no âmbito do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários do Setor Elétrico: a elevação do percentual de participação do BNDES (chegando a 100% dos gastos locais em alguns casos) no investimento total dos projetos; o aumento dos prazos de amortização para até 12 anos; e o financiamento a equipamentos importados, nos casos em que não haja similar nacional ou em que a capacidade de produção interna seja insuficiente para atender à demanda.

No processo de implementação do

- ▣ *Novas medidas simplificam e agilizam a tramitação das operações*
- ▣ *Participação do Banco no investimento total chega a 100% em alguns casos*
- ▣ *Compra de equipamentos importados poderá ser financiada se não houver similar nacional*

novo Plano Estratégico da instituição, o BNDES criou uma Superintendência de Energia - já em atividade -, com duas Gerências Executivas, uma de Energia Elétrica e outra de Petróleo e Gás. Em paralelo, a diretoria do Banco constituiu um grupo de trabalho composto de executivos e técnicos de várias outras áreas para dar suporte à Superintendência de Energia de modo a acelerar a análise e a tramitação de projetos de geração de energia a curto prazo, contribuindo assim para a superação da atual crise de suprimento de eletricidade em algumas regiões do País. A diretoria determinou a todas as unidades do

BNDES prioridade para os projetos de energia em todas as fases, desde o recebimento da carta-consulta até a contratação do financiamento.

A seguir, a especificação de algumas das novas medidas:

- Participação - Os percentuais máximos de participação do BNDES no investimento total foram elevados em várias das linhas de crédito disponíveis.

No caso dos projetos de usinas hidrelétricas de potência superior a 100 megawatts, por exemplo, a participação máxima, que era de 35% do investimento financiável, passou para 70%. A participação será de até 80% do investimento financiável nos casos de projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), termelétricas, cogeração, conservação, fontes alternativas e transmissão. E será de até 100% nos seguintes casos: financiamentos a investimentos em projetos de eficiência energética no âmbito do BNDES Automático; à aquisição de máquinas e equipamentos novos (linha Finame); ao arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos (linha Finame Leasing); e a empresas locadoras de equipamentos. A elevação do nível de participação para 100% foi adotada independentemente do porte da empresa e da região em que se localiza o projeto.

- O custo básico, no caso dos projetos de hidrelétricas com mais de 100 megawatts, é composto com 50% em TJLP e 50% em "cesta de moedas" estrangeiras; mas para os primeiros 100 megawatts as condições são as mesmas das hidrelétricas com menos de 100 mw: 90% em TJLP e 10% em "cesta de moedas".

ENERGIA ELÉTRICA - CARTEIRA DE PROJETOS APROVAÇÕES EM 2000/2001

R\$ milhões

Projetos por segmento	Investimento total	Participação BNDES	%
Geração hidrelétrica	2.848	841	29,5
Geração termelétrica	991	270	27,2
Distribuição / Eficiência energética	639	302	47,3
Cogeração	83	65	78,3
Total	4.561	1.478	32,4

▣ AO LONGO DOS ANOS DE 2000 E 2001 (ATÉ JULHO) FORAM APROVADOS PROJETOS NA ÁREA DE ENERGIA, ABRANGENDO EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO (HIDRO, TÉRMICA E COGERAÇÃO), DE DISTRIBUIÇÃO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NO VALOR TOTAL DE CERCA DE R\$ 1,47 BILHÃO, VIABILIZANDO UM MONTANTE DE INVESTIMENTOS DE R\$ 4,56 BILHÕES.

Continua na página 2

MELHORAM AS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO A PROJETOS QUE AUMENTAM A OFERTA DE ELETRICIDADE (CONCLUSÃO)

- As condições da operação-programa de cogeração no setor sucroalcooleiro foram estendidas aos financiamentos de empreendimentos de cogeração a partir de outros resíduos de biomassa.

- Na composição do custo das operações, pelo menos 10% são calculados com base no índice de cesta de moedas, exceto no caso das linhas de apoio a PCHs via agentes financeiros; cogeração sucroalcooleira; e cogeração de resíduos de biomassa. Nestes casos o custo é exclusivamente TJLP.

- O "spread básico" cobrado pelo BNDES é de 2,5%. Mas no caso de PCHs, cogeração a gás, conservação e fontes alternativas poderá ser aplicado o "spread básico" de 1% nas regiões menos desenvolvidas.

- Poderá ser financiado o capital de giro associado quando da aquisição isolada de equipamentos nacionais, na linha Finame. O capital de giro estará limitado a 50% nas operações com microempresas e a 30% nas operações com pequenas e médias. Para o setor de serviços, o financiamento ao capital de giro associado restringe-se às microempresas.

- Os prazos de amortização, na maioria das linhas de crédito do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários em Energia, passam a ser de até 12 anos. No caso dos projetos de hidrelétricas com mais de 100 megawatts, os prazos podem ser superiores a 12 anos nas operações em que haja cofinanciamentos com outras instituições financeiras mul-

tilaterais. Na maioria das linhas, o prazo de amortização era fixado de acordo com a maturação do projeto.

- Nas linhas Finame, Finame Leasing e Financiamento a Empresas Locadoras de Equipamentos, o prazo, que era de até 60 meses, passou para 72 meses.

• Alternativamente à sua participação, o BNDES poderá oferecer condições que viabilizem a colocação de títulos em operações de mercado de capitais.

Contratações - Neste ano, até o fim de agosto, as aprovações e contratações de financiamentos para apoiar empreendimentos no setor de energia já atingiam o montante de R\$ 1,706 bilhão. Estes financia-

mentos alavancarão investimentos que ultrapassarão o montante de R\$ 5,1 bilhões, viabilizando projetos de geração (usinas hidrelétricas de todos os portes, termelétricas e cogeração), distribuição e linhas de transmissão.

711 geradores - No âmbito da Finame, subsidiária do BNDES, foram aprovados, no período de janeiro a julho deste ano, créditos no valor total de R\$ 128,5 milhões para financiar a aquisição de equipamentos para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Dentre os equipamentos financiados, destacam-se geradores (cerca de R\$ 57 milhões), transformadores (R\$ 15,7 milhões), caldeiras (R\$ 15 milhões) e turbinas a vapor e a gás (R\$ 11,7 milhões). Com os R\$ 57 milhões foram adquiridos 711 geradores.

CRÉDITO DE R\$ 107 MILHÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE TRÊS PCHs EM MATO GROSSO

O BNDES aprovou a concessão de financiamento no valor de R\$ 107 milhões para apoiar a construção de três centrais hidrelétricas de pequeno porte (PCHs) no estado de Mato Grosso, com potência instalada total de 63 megawatts. Uma das PCHs, a de Alto Jauru, já começará a gerar energia em abril de 2002.

As usinas serão construídas pela Araputanga Centrais Elétricas S/A (Arapucel), controlada pela BK Energia Participações Ltda., empresa criada pelo grupo Brennand em parceria com a Koblitiz

Ltda.. O investimento total da Arapucel é de R\$ 147 milhões. O projeto prevê a criação de 400 empregos diretos durante as obras e de 38 postos de trabalho definitivos na operação das usinas, além de numerosos empregos indiretos que surgirão na região com o aumento da atividade econômica decorrente da operação das usinas. O empreendimento abrange também a construção de um sistema de transmissão com cerca de 40 quilômetros ligando as centrais até a cidade de Jauru, onde será feita a conexão com a subestação da concessionária local.

O projeto teve rápida tramitação no Banco: sua primeira versão foi encaminhada ao BNDES em 12 de junho último e a aprovação do financiamento pela Diretoria - após cumpridas todas as fases de análise técnica - ocorreu cerca de dois meses e meio depois. Os recursos serão repassados pelo banco BBA Creditanstalt, na condição de agente financeiro credenciado pelo BNDES.

As três usinas serão instaladas perto da cabeceira do rio Jauru, na bacia do rio Paraná, em Mato Grosso. A usina Alto Jauru - a primeira a entrar em operação - terá

20 megawatts. A usina Indiavaí, com 28 megawatts, começará a gerar energia em dezembro de 2002. A usina Ombreiras, com 15 megawatts, entrará em operação em junho de 2003. A Alto Jauru será instalada a fio d'água (sem necessidade de represa), aproveitando um desnível natural de 45 metros do rio Jauru. As duas outras irão operar também praticamente a fio d'água, aproveitando quedas naturais (no caso de Indiavaí a queda é de 32 metros), o que resultará na formação de lagos de pequena dimensão, com impacto ambiental reduzido.



INFORME BNDES
Produção e edição: Gerência de Imprensa/Área de Relações Institucionais do BNDES
(21) 2277-7191/8045/7294

Av. Chile 100
Rio de Janeiro - RJ Cep: 20139-900
PABX (21)2277-7447 / 2277-6978

BRÁSILIA
Setor Bancário Sul - Conj. 1
Bloco E - 13º andar Cep: 70076-900
Tel.: (61) 322-6251
Fax: (61) 225-5179

SÃO PAULO
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510
5º andar - Vila Nova Conceição
Cep: 04543-906 São Paulo
Tel: (11) 3471-5100
Fax: (11) 3044-9800

RECIFE
Rua Antônio Lumak do Monte 96
6º andar
Cep: 51020-350
Tel: (81) 3465-7222
Fax: (81) 3465-7861

BELÉM
Av. Pres. Vargas, 800 sala 1007
Cep. 66017-000
Tel: (91) 216-3540
Fax: (91) 224-5953

INFORMAÇÕES

☐ PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO BNDES, LIGUE PARA AS CENTRAIS DE ATENDIMENTO DO BANCO:

Rio de Janeiro:

Tel: (21) 2277-7081 Fax: (21) 2220-2615

Brásilia, São Paulo, Recife e Belém:
Telefones e faxes no quadro ao lado

☐ CONSULTE TAMBÉM A HOMEPAGE DO BNDES NA INTERNET:
<http://www.bndes.gov.br>

SETEMBRO/2002

PRORROGADO PROGRAMA DE APOIO AO SETOR DE SOFTWARE ATÉ DEZEMBRO DE 2002

*Recursos do ProSoft, para
pequenas e médias empresas,
sobem de R\$ 50 milhões
para R\$ 80 milhões*

A diretoria do BNDES decidiu prorrogar a vigência do Programa de Apoio ao Setor de Software (ProSoft) até dezembro de 2002.

O ProSoft, que expiraria no dia 30 de junho deste ano, teve ainda sua dotação ampliada de R\$ 50 milhões para R\$ 80 milhões. Até junho o BNDES já havia aprovado 16 operações, somando R\$ 32,7 milhões, no âmbito do programa.

A carteira do ProSoft no BNDES tem hoje, além das operações já aprovadas, mais 14 empresas com projetos em análise ou com "cartas-consulta" prévias apresentadas. Somando-se estas às operações aprovadas, tem-se uma demanda total por recursos da ordem de R\$ 60 milhões.

Destinado a apoiar projetos de pequenas e médias empresas que desenvolvem *software*, o Prosoft foi criado em dezembro de 1997 como uma alternativa de financiamento para o crescimento e aprimoramento da indústria nacional de *software* e para o aumento da comercialização, no exterior, de produtos e serviços desenvolvidos no Brasil.

Os financiamentos podem variar entre um mínimo de R\$ 500 mil e um máximo de R\$ 4,5 milhões. São financiados os investimentos em capacitação tecnológica, incluindo pesquisa e desenvolvimento de produtos, informatização e treinamento de pessoal; em comercialização e *marketing* de produtos e serviços no Brasil e no exterior; e os investimentos fixos, incluindo compra de máquinas e equipamentos novos, nacionais e importados, neste último caso quando não houver similar nacional.

Podem obter financiamentos as empresas privadas sediadas no Brasil, produtoras de *software*, e que tenham faturamento bruto de até R\$ 45 milhões no último exercício. Este é o faturamento máximo que, segundo a classificação adotada pelo BNDES, caracteriza a média empresa.

PEQUENA EMPRESA AGORA É A QUE TEM RECEITA BRUTA DE ATÉ R\$ 7,875 MILHÕES

O BNDES adotou a partir deste mês, para efeito de concessão de financiamentos, nova classificação das empresas quanto ao seu porte. Microempresa, agora, é a que tem receita operacional bruta anual de até R\$ 900 mil. Pequena empresa é a que tem ROB anual de R\$ 900 mil até R\$ 7,875 milhões. Média é a que tem ROB anual de R\$ 7,875 milhões a R\$ 45 milhões. E grande empresa é a que tem ROB anual

superior a R\$ 45 milhões.

A nova classificação - adotada em consonância com os novos critérios estabelecidos pelo decreto 3.889, de 17.8.01 - possibilitará o aumento no número de empresas beneficiadas com as condições mais atrativas que o BNDES oferece para as micro, pequenas e médias empresas, com índice mais elevado de participação, prazos mais longos e taxas mais reduzidas.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

EMPRESA	ANTERIOR	ATUAL
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL	
MICRO	Até R\$ 700 mil	Até R\$ 900 mil
PEQUENA	De R\$ 700 mil a R\$ 6,125 milhões	De R\$ 900 mil a R\$ 7,875 milhões
MÉDIA	De R\$ 6,125 milhões a R\$ 35 milhões	De R\$ 7,875 milhões a R\$ 45 milhões
GRANDE	Acima de R\$ 35 milhões	Acima de R\$ 45 milhões

NOVA FÁBRICA PROCESSARÁ FRUTAS TROPICAIS NO NORTE FLUMINENSE

F inanciamento de R\$ 6,3 milhões, no âmbito do Programa de Fruticultura para a região Norte/Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, foi concedido pelo BNDES à empresa Bela Joana Sucos e Frutas Ltda., que investirá os recursos na implantação de uma unidade industrial no município de Campos (RJ) destinada ao processamento de frutas tropicais para a produção de sucos e compotas. O financiamento representa 80% do investimento total do projeto - R\$ 8,6 milhões. O empreendimento vai criar 121 empregos diretos na produção, além de 2.400 empregos diretos e 600 indiretos no campo.

Os investimentos realizados no momento pela empresa, que correspondem às duas primeiras etapas do projeto, são representados pela implantação da linha completa para processamento de sucos de frutas tropicais (abacaxi, maracujá, manga, goiaba, acerola e limão), com capacidade de processamento de 5 ton/h; e da linha completa para a produção de *solid pack* (embalagens de produtos em pedaços) com capacidade para 10 ton/h. O projeto está em fase de conclusão.

Dentre os méritos do empreendimen-

to o BNDES destaca o impulso que ele vai proporcionar ao recém-criado pólo de fruticultura do Norte Fluminense, viabilizando a comercialização das frutas produzidas na região, na sua maioria ocupada por pequenos e médios produtores. Com a destinação de 80% da produção ao mercado externo, a Bela Joana estará contribuindo também para o incremento

das exportações de frutas brasileiras. Outro aspecto positivo do empreendimento é a introdução da fruticultura numa região até então dependente da monocultura da cana-de-açúcar.

Estima-se o mercado mundial de sucos concentrados em U\$ 2,5 bilhões e o de *solid pack* em U\$ 1,1 bilhão. A comercialização da produção da Bela Joana ficará a cargo das empresas Brasimplex e Global Products, ambas com ampla experiência na colocação desses produtos no exterior.

**121 novos
empregos
diretos na
produção;
2.400 diretos
e 600
indiretos
no campo**

PÓLO GÁS-QUÍMICO DO RIO RECEBE FINANCIAMENTO DE R\$ 735 MILHÕES

- ✓ *Operação é a primeira aprovada pelo Banco na modalidade "project finance" para o setor industrial*
- ✓ *Durante a construção o empreendimento vai gerar de 4 mil a 5 mil empregos*
- ✓ *Investimento, de R\$ 2,1 bilhões, cria novo eixo de desenvolvimento no Estado do Rio*
- ✓ *Rio Polímeros usará energia de uma termelétrica a gás natural, com potência de 190 megawatts, que começará a produção de eletricidade em 2002*

Financiamento de R\$ 735 milhões foi concedido pelo BNDES à empresa Rio Polímeros S/A, destinado à implantação do Complexo Gás-Químico do Rio de Janeiro, localizado em Duque de Caxias (RJ), onde está sendo construída uma unidade integrada com capacidade de 500 mil t/ano de eteno e 515 mil t/ano de polietileno. O financiamento é o primeiro na modalidade "project finance" aprovado pelo Banco para o setor industrial. O investimento total é de R\$ 2,1 bilhões. Além do BNDES, apóiam financeiramente o empreendimento duas instituições estrangeiras, o Eximbank dos Estados Unidos (com US\$ 142 milhões) e a Sace, da Itália (com US\$ 147 milhões).

Com início de operação previsto para o fim de 2004, o empreendimento vai gerar 350 empregos diretos e 190 terceirizados. Durante a construção serão criados cerca de 4 mil a 5 mil empregos. Nesta etapa, a empresa dará prioridade para a mão-de-obra da própria Baixada Fluminense. Quando em operação, o empreendimento criará cerca de 350 empregos diretos e 190 terceirizados (para manutenção e logística), além dos indiretos.

A fábrica de polietileno será uma das maiores do mundo, só sendo superada por duas novas plantas que entraram recentemente em operação, no Canadá e em Cingapura. A implantação do Pólo Gás-Químico em Caxias é de grande importância tanto para a economia do Estado do Rio

de Janeiro, que será impulsionada por esse novo eixo de desenvolvimento, quanto para a petroquímica brasileira. Pela primeira vez uma central petroquímica utilizará no Brasil o gás natural como matéria-prima.

A Rio Polímeros é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para implementar o projeto do Pólo Gás Químico do Rio de Janeiro. É uma empresa de capital fechado, mas o Acordo de Acionistas estabelece que o capital será aberto posteriormente. Os grupos privados Unipar e Suzano têm, cada um, 33,3% do capital social; a Petrobrás (por meio da Petroquisa) e a BNDES Participações (Bndespar) têm 16,7% cada uma.

Segundo o BNDES, o projeto da Rio Polímeros tem os seguintes méritos principais: é um empreendimento de grande porte com controle privado genuinamente nacional; é a primeira planta industrial no País a utilizar gás natural em substituição à nafta; integra a primeira e a segunda geração petroquímica em um único projeto; mercado em expansão; fornecimento de matérias-primas pela Petrobras; proximidade da Bacia de Campos, onde estão localizadas as maiores reservas de gás natural do País; e localização no Sudeste, próximo aos principais mercados consumidores nacionais. Além disso, o empreendimento cria um novo eixo de desenvolvimento e incentivará a instalação no Estado do Rio de indústrias de transformação plástica que são fortes geradoras de emprego.

PEDIDOS DE FINANCIAMENTO, APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

JANEIRO/JULHO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO NO ANO		
	2000	2001	VARIACÃO %
APROVAÇÕES	9.204	15.178	65
DESEMBOLSOS	9.528	11.799	24
CONSULTAS (pedidos de financiamento)	26.208	17.039	-35
ENQUADRAMENTOS (pedidos enquadrados como passíveis de apoio)	24.613	17.379	-29

(Fonte: BNDES/AP)

DESEMBOLSOS POR SETORES

JANEIRO/JULHO (R\$ milhões)

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	VALOR 2000	VALOR 2001
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	19	48
AGROPECUÁRIA	927	1.439
INDÚSTRIA	4.246	7.011
Alimentos / Bebidas	555	1.050
Têxtil / Confecção	200	180
Couro / Artefatos	32	79
Madeira	112	150
Celulose / Papel	114	633
Refino Petróleo e Coque	14	23
Produtos Químicos	170	234
Borracha / Plástico	72	135
Produtos minerais não-metálicos	64	87
Metalurgia básica	1.010	1.113
Fabricação produtos metálicos	59	95
Máquinas e equipamentos	233	432
Fabricação máq. e apar. eletroeletrônicos	135	315
Fabr. e montagem veículos automotores	633	687
Fab. outros equip. de transporte	796	1.715
Outras indústrias	47	83
INFRA-ESTRUTURA / SERVIÇOS	4.337	3.300
Prod. e distr. eletricidade, gás e água	651	339
Construção	275	337
Transporte terrestre	586	838
Transporte aquaviário	58	35
Transportes - atividades correlatas	97	254
Telecomunicações	1.588	669
Comércio	466	390
Alojamento e Alimentação	45	60
Educação	95	74
Saúde	168	98
Outros	308	206
TOTAL	9.528	11.799

(Fonte: BNDES/AP)

DE JANEIRO A JULHO DESTA ANO OS DESEMBOLSOS ATINGIRAM O MONTANTE DE R\$ 11,79 BILHÕES, COM CRESCIMENTO DE 24% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DE 2000. DESSE TOTAL, R\$ 2,97 BILHÕES (25% DO TOTAL) DESTINARAM-SE ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, COM CRESCIMENTO DE 37% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR. FORAM REALIZADAS 103.497 OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO, DAS QUAIS 99.721 COM AQUELE SEGMENTO DE EMPRESAS, REPRESENTANDO UM CRESCIMENTO DE 60%.

DO TOTAL DESEMBOLSADO, R\$ 1,65 BILHÃO FINANCIOU A COMPRA DE MÁQUINAS E EQUI-

PAMENTOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINAME. NO ÂMBITO DO PROGRAMA AGRÍCOLA OS DESEMBOLSOS TOTALIZARAM R\$ 871 MILHÕES.

AS APROVAÇÕES DE FINANCIAMENTO TOTALIZARAM R\$ 15,17 BILHÕES, COM CRESCIMENTO DE 65% EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO PASSADO. O MAIOR VOLUME DE RECURSOS FOI PARA O SETOR INDUSTRIAL, R\$ 9,78 BILHÕES. PARA O SETOR DE INFRA-ESTRUTURA AS APROVAÇÕES SOMARAM R\$ 2,81 BILHÕES; PARA AGROPECUÁRIA, R\$ 1,71 BILHÃO; PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS, R\$ 689 MILHÕES; E PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE, R\$ 171 MILHÕES.